

## O «ESTADO NOVO» E A POLÍTICA AFRICANA

As perturbações ocorridas ao longo do regime da I República, instituída com a Revolução de 5 de Outubro de 1910, favoreceram o sucesso de forças totalitárias até à vitória do golpe militar do 28 de Maio de 1926.

Apesar do ideal regenerativo da Pátria, defendido pelos republicanos, sem os vícios até aí apontados, o certo é que foram férteis a corrupção, o compadrio, os escândalos e as conflitualidades sociais.

O Ultramar português teve especial atenção por parte do Governo republicano ao criar, em 23 de Agosto de 1911, o Ministério das Colónias, uma vez que a designação de «província» ou «domínio ultramarino» que vinha desde 1820, deu lugar à de «colónias».

No dia 23 de Novembro de 1914, teve lugar uma reunião extraordinária do Congresso para tratar da questão da defesa das Colónias, face ao decurso da I Guerra Mundial<sup>47</sup>. Por unanimidade o Congresso autorizou o Governo a participar na guerra ao lado da Inglaterra, tendo em vista travar as ambições da Alemanha pelas colónias portuguesas na África.

Em 9 de Março de 1916, Portugal entrou formalmente na I Guerra Mundial com a Alemanha a declarar guerra a Portugal, pelo facto deste, a pedido da Inglaterra, ter requisitado navios mercantes alemães que se haviam refugiado nos portos portugueses do Continente, Ilhas e Ultramar (entre Fevereiro e Julho de 1916 o Governo português requisitou 70 navios alemães e 2 austro-húngaros, dos quais Portugal também precisava de alguns para o seu comércio internacional, como foi o caso do «Carvalho Araújo»).

A grande ofensiva alemã acabou por derrotar os soldados portugueses na Batalha de La Lys, tendo a guerra provocado nefastos efeitos económicos e sociais: aprofundou-se a crise económica, conflitualidade social com greves, bem como um elevado grau de instabilidade política e o caos das finanças públicas. Dão-se deportações para as colónias, tendo fracassado, no dia 3 de Junho de 1925, uma tentativa de greve geral em protesto pelas deportações, sem julgamento, de presos por delitos sociais que, alguns dias antes, tinham sido enviados para a Guiné.



O «Golpe Militar de 28 de Maio de 1926», liderado por Gomes da Costa, a partir de Braga, pôs fim à «I República» e instala a «Ditadura Militar», um regime de cariz totalitário que abriu as portas ao «Estado Novo» que durou 48 anos.

Em 13 de Outubro daquele ano, por iniciativa do Ministro das Colónias, João Belo, o Governo da ditadura militar aprovou, através do Decreto nº 12.485, o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor.

No início do ano de 1927 (Janeiro e Fevereiro), por iniciativa dos novos países da Europa de Leste e afro-asiáticos, a Assembleia Geral da ONU condenou a atitude de

<sup>47</sup> A I Guerra Mundial (1914-1918) teve início quando, em 28 de Julho de 1914, a Áustria-Hungria declarou a guerra à Sérvia. O conflito mundial mudou a face da Europa.

intransigência do «Estado Novo» no que dizia respeito aos territórios ultramarinos portugueses «não autónomos».



António de Oliveira Salazar

Em Junho de 1926, António de Oliveira Salazar foi nomeado Ministro das Finanças. Mas a instabilidade política leva-o a regressar à vida académica em Coimbra.

Um mês depois de deixar o Governo, foi nomeado, em 24 de Julho, para presidir a uma comissão encarregada de organizar o sistema fiscal, cujo relatório e projectos de lei foram entregues ao Ministro das Finanças, general Sinel de Cordes.

Com críticas publicadas no diário católico «Novidades» discordando da política financeira de Sinel de Cordes, Salazar foi chamado para a pasta das Finanças no IV Governo da Ditadura Militar que tomou posse no dia 27 de Abril de 1928. Este novo Governo, que não governou muitos meses, era presidido pelo general José Vicente de Freitas, um madeirense, natural da Calheta, que tinha sido Governador Civil da Madeira, entre Fevereiro e Maio de 1915; a 28 de Abril de 1918 foi eleito Deputado pela Madeira e, entre 1926 e 1927, foi presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa

Tomada de posse de António de Oliveira Salazar como Ministro das Finanças  
In «Da Resistência à Libertação», pag. 28



Com nova remodelação do Governo, em Janeiro de 1930, o Presidente da República, Óscar Carmona, mantém Salazar como ministro das Finanças e atribui-lhe a pasta das Colónias. Como Ministro de duas pastas, Salazar impõe a sua política para as Colónias e destaca-se no reequilíbrio das finanças públicas, sendo “premiado” pelo Presidente da República com a sua nomeação, no dia 5 de Julho de 1931, para chefiar o VIII Governo da Ditadura Militar.

Começou, assim, a grande marcha do salazarismo que imprimiu à política portuguesa um rumo ditatorial e uma visão mais centralista do Ultramar Português. Mas a ditadura, que durava há cinco anos, tinha muitas contestações, de tal ordem que, em Abril e Maio daquele ano de 1931, nos Açores, na Madeira e na Guiné, tiveram lugar diversas tentativas de revolta na sociedade civil e militar, manifestações de estudantes e populares (principalmente em Lisboa e no Porto). Só que foram todas reprimidas por contingentes militares fiéis ao Governo, foram feitas muitas prisões, demissões na função pública e deportações.

O «Acto Colonial», proposto por Salazar, ainda na dupla qualidade de Ministro das Finanças e das Colónias, aprovado pelo Decreto nº 18.570 de 8 de Julho de 1930, foi, no fundo, o primeiro grande instrumento ideológico que marcou a política rectilínea ultramarina, sem desvio ao longo da sua governação: maior centralismo no Governo Nacional, agravamento das situações de discriminação, exploração e dominação a que a população indígena das colónias estava sujeita.

Os administradores e chefes de posto da Guiné foram, muitas vezes, acusados de repressão da mão-de-obra indígena. As empresas coloniais tudo faziam para garantirem os lucros do comércio aí desenvolvido.

O trabalho forçado na Guiné foi uma realidade ainda na primeira metade do Século XX. O instrumento legal que permitiu o trabalho compulsivo e contratos de trabalho verbais sem a participação das autoridades foi o «Código de Trabalho dos Indígenas», aprovado pelo Decreto nº 16.199, de 6 de Dezembro de 1928, do Governo da Ditadura Militar.

Em 1935, na Guiné, foi obrigatório matricular os trabalhadores indígenas, como já o era nas outras colónias portuguesas. Tinha sido iniciado também o arrolamento das Tabancas (aldeias) com vista a cobrar um imposto de palhota.

Um dos sectores que fez aumentar o número de mão-de-obra indígena foi a construção de estradas, como forma de ligar as localidades mais rapidamente, ao contrário do que antes acontecia apenas por barco ou canoa.

Uma das facetas do «Estado Novo», com Salazar, muito à semelhança dos primeiros anos da colonização no que diz respeito à concessão do comércio a determinado mercador, foi conceder o monopólio da exploração dos recursos económicos da Guiné à «Casa Gouveia» (uma empresa do grupo CUF – um dos maiores trusts portugueses), ao mesmo tempo que impôs leis muito restritivas às companhias estrangeiras aí instaladas.

O plebiscito ao projecto de Constituição da República, realizado no dia 19 de Março de 1933, marcou a consolidação do regime ditatorial. Nas contas do Governo de Salazar, dos 1.330.258 eleitores inscritos no Continente, Ilhas Adjacentes e Colónias, 99,5% votaram a favor.

No dia 13 daquele mês de Março, Salazar tinha feito um discurso defendendo um Estado forte e dirigista, salientando:

“Nós queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando em unísono, sob a autoridade dum Estado forte que defenda os interesses superiores da Nação, a sua riqueza e o seu trabalho, tanto dos excessos capitalistas como do bolchevismo destruidor”.

O nacionalismo e o colonialismo foram acerrimamente defendidos por Salazar no seu discurso de 16 de Maio de 1934:

“Entre as características dominantes do nosso nacionalismo e que bem o distinguem de todos os outros adoptados pelos regimes autoritários da Europa, está a potencialidade colonial dos Portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos da alma da Nação (...) foi sempre assim: a mais só temos hoje o redobrado amor que nos leva a trabalhar pela causa do Império legado pelos nossos maiores”.

No dia 23 de Outubro daquele ano, foi emitida uma extensa «Nota Oficiosa» pela Presidência do Conselho, na qual eram desenvolvidas matérias constantes de princípios constitucionais, marcando posição oficial na defesa intransigente da Revolução de 28 de Maio de 1926 que, todos os anos, era solenemente comemorada pelo salazarismo.

O «Império Colonial» não ficou esquecido naquela Nota Oficiosa. A dada altura do texto é dito que “No período decorrido até agora sufocaram-se as revoltas dos vencidos em 1926 (...) robusteceu-se a ideia do Império Colonial Português (...) é indispensável haver dentro e fora das fronteiras, onde quer que núcleos de portugueses ganhem a sua vida, um movimento do espírito patriótico nobre, sereno, firme, em volta das ideias sempre vivas da independência, do Império Colonial e da renascença portuguesa!”<sup>48</sup>

A reconstrução mental do Império constituiu um pensamento único em todo o elenco governativo, mas todos uniformemente alinhados pelo “mestre” – Salazar. O Ministro das Colónias, doutor Armindo Monteiro, naquele ano de 1934 não podia ser mais alinhado ao defender que era no Ultramar que estava o verdadeiro ideal português. As directrizes da política ultramarina de então determinavam que fossem dirigidas todas as atenções do «Estado Novo»:

“Para as Colónias nos empurra uma história gloriosa; para elas nos leva o espírito de poesia e de aventura da raça; para lá nos chamam eloquentes promessas de grandes realizações. Para as Colónias temos de dirigir, de vagar mas persistentemente, a nossa vida. Elas podem dar-nos tudo – desde o orgulho colectivo, que faz grandes os povos, até à certeza do trabalho, à glória das realizações, à riqueza, ao bem-estar, à fôrça”<sup>49</sup>.

Nos primeiros anos, o fomento económico nas Colónias foi financiado com empréstimos da Caixa Geral de Depósitos. “(...) em 1925, foram de 15.946 contos, passaram a ser, em 1932, de 103.757 aos governos coloniais e de 169.074 aos particulares”<sup>50</sup>.

Quando, no dia 4 de Julho de 1937, Salazar escapou ileso a um atentado à bomba, organizado em Lisboa por anarquistas contra o regime, não tardou que, no dia 6 do mesmo mês, 1.500 oficiais das Forças Armadas se tivessem deslocado ao Palácio de S. Bento para prestarem homenagem ao Presidente do Conselho. Foi uma romagem oportuna para um discurso, intitulado «Portugal, a Aliança Inglesa e a Guerra de Espanha», tendo Salazar afirmado:

“Vós sabeis que este regime a que ainda chamam Ditadura, e agora carregado com o apodo de fascista, é brando como os nossos costumes, modesto como a própria vida da Nação, amigo do trabalho e do povo (...) nós podemos dizer que no continente, ilhas e colónias estamos na confluência e nos pontos repouso ou segurança das grandes estradas marítimas (...)”<sup>51</sup>.

A propaganda salazarista continuou em força no ano de 1938. No dia 27 de Março emitiu uma nota oficiosa, de publicação obrigatória, anunciando o esboço do programa geral das Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração, a realizar em 1940, onde incluía a Grande Exposição do Mundo Português que foi

---

<sup>48</sup> A «Nota Oficiosa» foi publicada pelas «Edições SPN (Secretariado da Propaganda Nacional, criado em 1933) -Lisboa», «O Pensamento de Salazar», 1934. Foi director do SPN António Ferro, jornalista, escritor e político, tendo desenvolvido uma intensa actividade no campo do cinema, arte, teatro, turismo e outras actividades culturais, criou prémios literários e foi Presidente da Emissora Nacional. Ao serviço do Estado Novo, foi o principal impulsionador no lançamento da imagem de Salazar como o personagem enviado por Deus para salvar as finanças do País - «O salvador da Pátria».

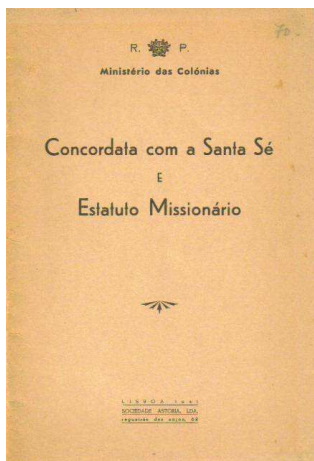
<sup>49</sup> «O pensamento do Ministro das Colónias, Dr Armindo Monteiro», «Edições SPN» -Lisboa, 1934.

<sup>50</sup> «O Estado Novo e as suas Realizações» - pelo Doutor Manuel Rodrigues, Ministro da Justiça, Discurso pronunciado em Braga, a 2 de Dezembro de 1934, «Edições SPN» -Lisboa, 1934.

<sup>51</sup> Discurso editado pelas «Edições SPN» -Lisboa, 1937 – O Pensamento de Salazar.

inaugurada, na Praça do Império, em Belém, em Junho de 1940, tendo um «Pavilhão da Colonização» específico para a invocação do Império Colonial.

No dia 25 de Maio de 1940, a Assembleia Nacional aprovou a Concordata e o Acordo Missionário, que tinham sido assinados, no Vaticano, no dia 7 do mesmo mês.



Em Dezembro de 1943, Salazar tomou a iniciativa de fundar em Lisboa a «Casa dos Estudantes do Império», como estrutura político-ideológica dos estudantes das Colónias que vinham estudar para a Universidade. Servia também de símbolo da «superioridade moral» e função civilizadora da presença de Portugal em África, Ásia e Oceânia.

Em 1944, nas comemorações do 28 de Maio, realizadas no Pavilhão do Parque Eduardo VII, Salazar discursou apelando aos 1.300 oficiais das Forças Armadas a salvaguarda da integridade da Metrópole e do Império Colonial.

Quando em 29 de Dezembro de 1952, pela Lei nº 2058, foram definidas as bases do I Plano de Fomento para vigorar entre os anos de 1953 a 1958 na Metrópole, Ilhas Adjacentes e Ultramar, a Guiné foi contemplada com um conjunto de diversificados investimentos, cuja dotação totalizou 86.200 contos.

O objectivo fundamental foi o de valorizar a agricultura indígena – base da economia da Guiné – recuperando terras para a cultura do arroz, sector a que foram destinados 10.000 contos.

A par do sector agrícola, estava nas prioridades o sector dos transportes e comunicações: no sistema fluvial foi previsto um programa de regularização e dragagem do rio Geba, com a quantia de 15.000 contos; para a construção de pontes sobre os rios Geba, Corubal e Cacheu foram previstos 18.200 contos; foi também prevista a conclusão da ponte e cais de Bissau e dos cais de Catió e Cacheu, bem como o apetrechamento destes pequenos portos e do de Bafatá, para o que foram previstos 20.400 contos; para equipamento do aeroporto de Bissau foi prevista uma dotação de 5.000 contos; para estradas foram, depois, previstos 17.600 contos<sup>52</sup>.

Em 1953, foram comemorados, com exaltação em grau máximo, os 25 anos da tomada de posse (27/04/1928) de Salazar como Ministro das Finanças. Por toda a Metrópole, Ilhas Adjacentes e Ultramar tiveram lugar comemorações próprias de um regime totalitário. Na cidade da Praia, em Cabo Verde, houve alvorada com banda de música e girândola de foguetes.

A Guiné portuguesa também promoveu exaltações ao Presidente do Conselho, sem ele presente, mas desenvolvidas pelos mandatários do «Estado Novo»:

“Toda a Guiné se associou comovidamente às manifestações de apoteose a Salazar. Na tribuna erguida na Praça Teixeira Pinto, onde compareceram as personalidades de maior destaque, o governador, engenheiro Raimundo Serrão, foi recebido pelo Presidente e os vogais da União Nacional, estando postadas nesta vasta praça, as

<sup>52</sup> In «História de Portugal em Datas», pág. 351, edição de «Temas & Debates, Lda, Setembro de 1996, e Separata do «Boletim da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné», Bissau –1960, «Presença de Portugal em África», tema da conferência, integrada nas Comemorações Henriquinas, pelo Dr. António Júlio de Castro Fernandes, antigo Ministro, Administrador do Banco Nacional Ultramarino e Presidente da Comissão Executiva da União Nacional.

forças da guarnição militar de Bissau, o Corpo de Polícia, os bombeiros, a Mocidade Portuguesa, as crianças das escolas, os clubes desportivos, todos junto das bandeiras de maior representação.

Os alto-falantes da Emissora da Guiné retransmitiram em óptimas condições a reportagem da sessão na Assembleia Nacional, sendo escutada com o maior respeito a mensagem do Chefe do Estado, Senhor General Craveiro Lopes.

No momento culminante da manifestação, toda a multidão que se encontrava na praça Teixeira Pinto, europeus e indígenas, secundaram a uma só voz, o Hino Nacional, cantando em uníssono com os portugueses da metrópole e de todo o Império.

Depois, o engenheiro Ventim Neves proferiu o seu discurso. Todos os assistentes manifestaram viva emoção pela consagração prestada ao Chefe do Governo. Os sinos repicaram e no ar rebentaram girândolas de foguetes.

Toda a cidade esteve engalanada, apresentando um aspecto magnífico. Os estabelecimentos comerciais ostentavam fotografias de Salazar, cada qual primando em apresentar a melhor e mais significativa legenda e mais artística decoração.

O «Arauto» fez um número especial publicando um grande artigo de fundo sobre Salazar e a sua acção no Governo do País<sup>53</sup>.

Em 27 de Junho do mesmo ano de 1953, pela Lei nº 2.066 foi extinto o tão anteriormente enaltecido «Império Colonial Português», que era composto pela Metrópole e pelas Colónias, e são criadas as «Províncias Ultramarinas», como forma de mudança meramente estratégica da realidade política internacional decorrente da II Guerra Mundial, no tocante à vaga de independências de territórios colonizados por países europeus.

Face às críticas internacionais perante a ditadura, Salazar encerrou, em 26 de Janeiro de 1954, o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde estiveram detidos 340 presos por razões políticas<sup>54</sup>.

O mês de Março de 1956 foi marcado por greves e manifestações, em Angola, Moçambique e Guiné, exigindo mudança nas regras de contratação de trabalhadores «indígenas», bem como aumento de salários das populações daquelas Províncias.

A exemplo do que tinha acontecido com a criação, em Julho de 1954, em Leopoldville, capital do Zaire<sup>55</sup>, Amílcar Cabral fundou, clandestinamente, no dia 19 de Setembro de 1956, na Guiné, o PAIGC-Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Em Dezembro do mesmo ano, foi criado, em Angola, o MPLA-Movimento Popular de Libertação de Angola, liderado por Agostinho Neto, após a fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola e do Movimento pela Independência de Angola. Estes movimentos de libertação constituíram mais uma importante frente de contestação à política ultramarina de Salazar.

---

<sup>53</sup> In «Diário da Manhã», número especial, Propriedade da Companhia Nacional Editora, Editor: António da Fonseca, Director: Manuel Múrias, Redacção, Administração e Oficina: Rua da Misericórdia, 95 «Jubileu Ministerial de Salazar, 27 de Abril de 1928 – 27 de Abril de 1953».

<sup>54</sup> O «Campo de Concentração» foi criado no Tarrafal, na ilha de São Tiago, Cabo Verde, pelo Decreto-Lei nº 25 539, de 23 de Abril de 1936, tendo sido inaugurado em Outubro do mesmo ano. O salazarismo chamou àquele Campo, Colónia Penal, mas o modelo foi inspirado nos modelos de Mussolini de Itália e de Hitler da Alemanha, com intuito único de reprimir e matar, com o processo de morte lenta, todos aqueles que se oponham ao regime do Estado Novo.

<sup>55</sup> Holden Roberto constituiu o partido o UPNA, depois UPA, União das Populações do Norte de Angola, que foi o primeiro Movimento de Libertação surgido nas Províncias Ultramarinas.

Em Agosto de 1958, foi aprovado o II Plano de Fomento<sup>56</sup> para vigorar no prazo de seis anos (1959-1964), como expressão da política económica geral do Estado, fixando objectivos a atingir dentro desse prazo e os meios a utilizar.

Este segundo Plano de Fomento previu gastar no Ultramar 9 milhões de contos, dos quais, 5 milhões eram obtidos na Metrópole.

No que à Guiné dizia respeito, o Plano considerava que a base da riqueza era a agricultura. Daí prever “a sua melhoria, através duma policultura rendosa, havendo para isso que continuar os trabalhos de conhecimento do meio agrícola, de recuperação de zonas alagadas pelo mar e pelas rias, experimentar certas culturas, como o arroz e o algodão, auxiliar o fomento florestal e executar um plano de celeiros destinados à armazenagem do amendoim. Em relação à pecuária há que encarar simultaneamente os problemas da sanidade pecuária e os de zootécnia (...) no capítulo industrial, é aqui também a pesca o complemento útil da actividade agrícola, impondo-se nesta província a execução dum programa de estudos, visando a exploração das possibilidades ainda não aproveitadas (...) as comunicações e transportes ocupam também um lugar essencial, através da execução do plano rodoviário, da melhoria das condições de navegação fluvial, de obras em aeroportos e na rede de telecomunicações. Complementarmente projecta-se ainda, no capítulo da instrução, a construção e apetrechamento de instalações escolares, ao mesmo tempo que, em relação ao equipamento de serviços públicos, se prevê, mais como medida social e económica do que pròpriamente como providência técnica, a mecanização da conservação de estradas”<sup>57</sup>.

Para o Governo, o Ultramar português era todo ele terra de tranquilidade das suas populações. Quando no dia 23 de Maio de 1959, Salazar, na qualidade de Presidente do Conselho, discursou na sede da União Nacional<sup>58</sup>, sobre a «Posição Portuguesa em face da Europa, da América e da África», a dada altura afirmou:

“(...) As últimas considerações levam-me a encarar, embora sumarissimamente, problemas de África. Literariamente a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas. E porque arde a África? Não pensemos que é por combustão interna, digamos, pela fatalidade de um movimento histórico que arrasta as suas populações para a rebeldia, a subversão, a forçada dispersão e independência; arde porque lhe deitam o fogo de fora (...) Repetirei uma velha ideia, hoje, ao que parece, generalizada: a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia (...) Nós não pensamos em negar o relativo atraso de algumas regiões e a deficiência de alguns serviços. É evidente faltarem estradas e pontes, faltarem hospitais, faltarem escolas, e faltarem até, senhores, elementos de polícia e forças de defesa. Porque milagre então, de Timor a Cabo Verde, há paz e todos podem notar o tranquilo viver das populações? Porque pode atravessar-se de lés a lés Angola ou Moçambique, não se contando senão com a boa disposição do nativo, a sua fraterna ajuda, no fundo o seu portuguesismo?”<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Anteriormente, a 29 de Dezembro de 1952, pela Lei n.º 2058, o Governo aprovou o I Plano de Fomento, para vigorar de 1953 a 1958.

<sup>57</sup> «O 2.º Plano de Fomento 1959-1964», publicação da Inspeção Superior do Plano de Fomento, com a colaboração, na parte gráfica, do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo.

<sup>58</sup> A «União Nacional» foi criada como partido único do regime do Estado Novo, tendo os seus estatutos sido aprovados pelo Decreto n.º 21 608, de 20 de Agosto de 1932. Em Novembro daquele ano, tomaram posse os dirigentes da UN, tendo Salazar feito um discurso de defesa da não aceitação da existência de partidos, à esquerda ou à direita, e a dissolução do Centro Católico de que ele próprio foi dirigente e impulsor.

<sup>59</sup> Discurso editado pelas «Edições SPN» -Lisboa, 1959 – O Pensamento de Salazar. A Posição Portuguesa em face da Europa, da América e da África.

A Paz e tranquilidade no Ultramar, apregoadas por Salazar, foram desmentidas quando, no dia 3 de Agosto daquele ano de 1959, teve lugar uma greve dos carregadores «indígenas» do Porto de Bissau, coordenada pela União dos Trabalhadores da Guiné, organização clandestina de natureza político-sindical. Da retaliação das forças policiais houve 50 mortos de entre os grevistas e mais de 100 feridos. Foi o chamado massacre do cais do Pidjiguiti. As condições de trabalho eram deploráveis nos trabalhos a bordo das embarcações. Os salários variavam entre 150 e 300 escudos, mas o capitão da embarcação ganhava ainda menos do que o motorista. Os restantes tripulantes eram considerados «indígenas» e, por isso, ganhavam o que lhes fosse pago.

Entrado na década de sessenta do Séc. XX, o Governo do Estado Novo desdobrava-se em acções de propaganda, umas vezes em comemorações do 28 de Maio de 1926, outras com o propósito de homenagear Salazar no aniversário da sua ida para o Governo. O ideal ultramarino do Estado Novo estava sempre presente nos discursos, quer do Presidente do Conselho e Ministros, quer dos seus apaniguados servidores.

Em Novembro de 1960, diversas instituições ligadas ao governo salazarista organizaram iniciativas para alertar e mobilizar o povo português em defesa da política ultramarina: uma manifestação de representantes dos municípios, junto ao Palácio de São Bento, onde se encontravam o Presidente da República e o Presidente do Conselho; uma sessão da Assembleia Nacional, realizada no dia 30 daquele mês, dedicada às questões coloniais, tendo Salazar pronunciado um discurso intitulado «Portugal e a Campanha Anticolonialista», tendo afirmado:

“(…) Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais que ter chegado ontem. Levámos uma doutrina, o que é diferente de ser levados por um interesse. Estamos com uma política que a autoridade vai executando e defendendo, o que é distinto de abandonar aos chamados «ventos da história» os destinos humanos (...) Aqui e no Ultramar, em território nacional ou estrangeiro o Português de qualquer cor ou raça sente essa unidade tão vivamente que toma as discussões como ameaças e as ameaças como golpes que lhes retalham a carne (...) Um único ponto me pareceria contrariar o espírito da unidade: seria pensar numa espécie de exclusivo ou privilégio que negasse a um português o direito de trabalhar ou de servir em qualquer fracção do território, segundo as suas aptidões. Não temos goeses e moçambicanos em Lisboa? Europeus e cabo-verdianos na Guiné? Angolanos ou guinéus em Moçambique? moçambicanos em Timor? Pois assim penso deverá continuar a ser. O Governo tem o espírito aberto a todas as modificações da estrutura administrativa, menos às que possam atingir a unidade da Nação e o interesse geral.”<sup>60</sup>

O Estado Novo enfrentava uma forte pressão política por parte das Nações Unidas, tendo a Assembleia Geral, em 15 de Dezembro de 1960, aprovado três resoluções condenando a política colonial portuguesa.

A Igreja Católica portuguesa estava do lado da política colonialista de Salazar, como comprova uma nota divulgada através da imprensa, em 15 de Janeiro de 1961, dizendo o seguinte:

---

<sup>60</sup> «Edições S.N.I., Lisboa», O Pensamento de Salazar, Portugal e a Campanha Anticolonialista, 1960.



“Nesta hora em que o Ocidente parece ter perdido a consciência de si mesmo, na anarquia das ideias, na dívida dos direitos e deveres, na fascinação dos mitos, na quebra das tábuas morais do Decálogo, Portugal é consciente da sua missão evangelizadora e civilizadora”.

O dia 21 de Janeiro de 1961 marca uma das mais significativas acções contra a política do Estado Novo, quando Henrique Galvão, em concordância com Humberto Delgado, assalta o paquete «Santa Maria» na sua viagem na linha da América do Sul. A acção, designada por «Operação Dulcineia» terminou sem sucesso no dia 4 de Fevereiro seguinte.

O dia 15 de Março de 1961 marca o início da guerra de guerrilha em Angola. Na região Norte, a UPA-União dos Povos de Angola, fundada por Holden Roberto, iniciou ataques aos colonos portugueses brancos e aos africanos que apoiavam aqueles. A partir daí, o panorama ultramarino entra numa nova fase aos olhos do Estado Novo que, mesmo assim, mantém a mesma firmeza e sem desvio do rumo traçado. Mas com o início da guerra em Angola, Salazar mais uma vez enfrenta um dos maiores e graves problemas ultramarinos perante a comunidade internacional.

No dia 30 de Junho de 1961, Salazar fez um discurso na Sessão Extraordinária da Assembleia Nacional, onde falou sobre o Ultramar Português e a O.N.U. O discurso foi obviamente de defesa do Ultramar e de crítica àquela organização internacional, devido às resoluções aprovadas na Assembleia Geral, no Conselho de Segurança e em algumas comissões, contra a política ultramarina de Portugal.

Fez referências a todos os territórios ultramarinos portugueses, numa perspectiva de que eles só poderiam sobreviver se se mantivessem sob o domínio de Portugal.

Pela importância histórica que ligou Cabo Verde à Guiné, não posso deixar de transcrever o que disse o Presidente do Conselho.

Sobre Cabo Verde, afirmou:

“(…) o aspecto geral é de secura e aridez. As manchas de terra seriam fecundas se houvesse água, mas o arquipélago não tem água e a chuva é escassa e incerta, além de que a erosão é activa. A incerteza e limitações da vida impelem à emigração para as costas fronteiras de África, sobretudo para a Guiné. Deste facto de vizinhança e interpenetração de populações advém terem surgido, na pujante floração actual de movimentos de libertação, um movimento para a Guiné e outro para a Guiné e Cabo Verde em conjunto. Como aquelas terras foram achadas desertas e povoadas por nós e sob nossa direcção, o fundo cultural é diferente e superior ao africano, e a instrução desenvolvida afirma essa superioridade, pelo que se explica a ambição de alguns e a desconfiança dos restantes instalados na terra firme. Deste modo a independência de Cabo Verde teria de restringir-se ao Arquipélago, e não é viável. Mesmo não considerados os anos de seca e de crise, Cabo Verde está sendo alimentado pela Metrópole quanto a investimentos e subsidiado pelo Tesouro para cobertura das despesas ordinárias (...)”.

Acerca da Guiné, salientou:

“E passamos à Guiné – à volta de um terço em superfície do território continental, com 600 mil habitantes. O clima faz que seja o autóctone a cultivar a terra e o europeu ou o

levantino, do Líbano sobretudo, que movimentam o comércio. A administração tem sido prudente e modesta como o impõem as condições, mas nalguns sectores, como no da saúde e assistência, tão rasgada e competente que a Organização Mundial de Saúde classificou a campanha contra a lepra como a melhor de toda a África. Seja quais forem as aspirações das populações nativas a melhor nível de vida, uma coisa é certa: o seu amor à terra em propriedade individual observa com o maior receio as inovações que sob inspiração chinesa se preparam para além das fronteiras; e o trabalho livre a que se habituaram parece-lhes ameaçado pelas formas introduzidas em países vizinhos. De modo que os perigos que ameaçam a Guiné portuguesa não são propriamente os despertados pelo movimento de libertação do território.

Os seus representantes mesmo que portadores de algum mandato ou ambição legítima trabalham por conta alheia, pois nada poderiam contra forças de que poderá ajuizar-se, observando no mapa os estados vizinhos e lendo na imprensa e ouvindo na rádio o eco das suas ambições. Enganam-se os que pensam para um futuro próximo em quaisquer soluções federativas ou outras para remediar os desconcertos da África actual: alguns dos novos chefes daqueles Estados não surgiram para se entenderem; a sua tendência será para se alargarem uns à custa dos outros, e todos sob o enganoso signo da libertação dos povos africanos”<sup>61</sup>.

As finanças do Estado ficavam cada vez mais abaladas com as despesas crescentes com a guerra em Angola. Daí, em 22 de Novembro de 1961, o Governo decidiu introduzir alterações no sistema tributário.

No dia 14 de Abril de 1962, pelo Dec-Lei nº 44.278, é aprovado o Estatuto Judiciário, estabelecendo o artigo 4º:

“As comarcas das províncias ultramarinas de Cabo Verde e Guiné pertencem, para todos os efeitos de administração da justiça, ao distrito judicial de Lisboa; os respectivos magistrados e funcionários de justiça fazem parte, porém, da organização judiciária do ultramar e estão sujeitos à acção disciplinar do Conselho Superior Judiciário do Ultramar, sem prejuízo da sua subordinação hierárquica ao presidente da Relação de Lisboa e ao procurador da República junto dela, que têm sobre eles acção disciplinar, nos termos da respectiva legislação especial”.

Em 28 de Maio de 1962, aproveitando mais um aniversário do 28 de Maio de 1926, Salazar proferiu um discurso perante representantes das Forças Armadas, tendo salientado:

“A reconsideração geral dos factos e dos conceitos que se encontram na base da política africana e da política do Mundo Ocidental em relação à África, pensamos que se fará a tempo de evitar as últimas derrocadas; e, embora o nosso povo seja muito atreito a afinar os seus juízos pelo veredicto estrangeiro, neste particular a barreira oposta pela consciência da Nação às campanhas vindas de todos os quadrantes não pôde ser vencida nem abalada sequer; e seria bem importante que o fosse, para os que trabalham na desintegração europeia, tanto aqui como no Continente Africano. O povo não pode ter o conhecimento em pormenor destes problemas; tem porém a acuidade do instinto que, tendo-o feito Nação há muitos séculos, o mantém atento às exigências da sua identidade e da sua própria sobrevivência. Temos pois a unidade e

---

<sup>61</sup> «Edições S.N.I., Lisboa», O Pensamento de Salazar, O Ultramar Português e a O.N.U., 1961.

coesão das forças armadas e quase seria uma traição aos mortos que houvesse o mais pequeno dissídio (...)<sup>62</sup>

Em Junho, O Ministro do Interior, Dr. Santos Júnior, proferiu um discurso na Câmara Municipal do Porto, tendo afirmado a determinada altura:

“Esta palavra – Portugal – e aquele nome – Salazar - constituem juntos o ideal pelo qual temos de lutar; a ordem é de resistir e continuar e esta ordem só a podemos cumprir com êxito se nos unirmos em frente daquilo que está às portas da cidade e já se infiltrou por toda a parte: o inimigo comum, poderoso, astuto e bem auxiliado do exterior, o adversário que espreita a melhor oportunidade e experimenta em acções sucessivas os pontos fracos da muralha defensiva para lançar o ataque final. E não tenhamos ilusões. A guerra que contra nós se move em todas as frentes, no exterior e no interior, em todos os campos – político, social, económico, religioso e moral – é uma guerra total que procura pôr em perigo a própria sobrevivência nacional”. E mais adiante releva os princípios da “Unidade e acção no sentido renovador da Revolução Nacional (...) é essa unidade e esse espírito de acção renovadora que importa cada vez mais firmar, fortalecer, revigorar à luz dos princípios constantes da Ordem Nova: Deus, Pátria e Família”<sup>63</sup>.

Após o início da guerra de guerrilha em Angola, o Ministro do Ultramar, Prof. Adriano Moreira, implementou deslocações às províncias ultramarinas, tendo em vista melhor resolução da nova problemática de enfrentar o novo modelo de actuação dos movimentos de libertação.

Estava também em marcha a revisão da «Lei Orgânica do Ultramar Português», para a qual se empenhou o Ministro do Ultramar. Para tal fim, no dia 15 de Outubro de 1962, reuniu o Conselho Ultramarino, em cuja sessão de abertura proferiu um discurso para apresentar as linhas mestras de tal revisão, cujos efeitos manifestar-se-ão em futuros estatutos político-administrativos para cada província. Do que interessa releva do discurso é a parte final:

“Espero que todos os que aqui foram chamados venham a dar uma tal lição de fidelidade a este ideário nacional, e um tal exemplo de devoção e dignidade, que não só o trabalho produzido sirva indiscutivelmente o bem comum, como saia engrandecido o património moral da Nação”<sup>64</sup>.

Em 5 de Dezembro daquele ano, o Ministro do Ultramar deslocou-se à cidade da Praia, Cabo Verde, tendo feito um discurso durante a sessão do Conselho do Governo dessa província. Logo nas primeiras palavras salientou:

“a circunstância de províncias como a Guiné e Cabo Verde aparecerem menos frequentes vezes citadas nos debates e projectos que no estrangeiro se multiplicam a respeito do destino do ultramar português, não é senão motivo para que estejamos mais prevenidos, porque tal silêncio não pode corresponder a ignorância do seu valor para a segurança do todo nacional, nem tal aparente esquecimento está de acordo com a argúcia que indubitavelmente tem presidido à planificação dos nossos

---

<sup>62</sup> Idem, idem, Unidade das Forças Armadas e Consciência Nacional, 1962

<sup>63</sup> In «Unidade e Acção, Discurso de Sua Excelência o Ministro do Interior, Dr. Santos Júnior, proferido na Câmara Municipal do Porto», Lisboa, 8 de Junho – 1962.

<sup>64</sup> In «Continuidade – Discurso proferido pelo Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Adriano Moreira, em 15 de Outubro de 1962, na Sessão de Abertura dos Trabalhos do Conselho Ultramarino para a Revisão da Lei Orgânica do Ultramar Português», Agência Geral do Ultramar, Lisboa 1962.

A Sessão de encerramento do Conselho Ultramarino teve lugar no dia 31 de Outubro do mesmo ano.

adversários”. Mais adiante, dissertando sobre a influência da cultura cabo-verdiana, disse:

“Embora tenham de considerar-se não concludentes todos os estudos levados a efeito sobre o arquipélago, porque falta a visão geral que ainda nenhum investigador intentou, algumas conclusões parecem dever considerar-se como aquisições seguras para a definição do caso cabo-verdiano. Constituindo o exemplo mais perfeito da cultura lusotropical, o Cabo-verdiano foi desde sempre um excelente veículo difusor da cultura nacional, e devemos-lhe serviços inestimáveis no aportuguesamento da Guiné, de Angola e de S. Tomé”<sup>65</sup>.

O ano de 1963 começou com mais negras preocupações para o regime do Estado Novo. No dia 23 de Janeiro, o PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, fundado em Bissau a 18 de Setembro de 1956, por Amílcar Cabral, iniciou a luta armada com um ataque ao quartel português de Tite, a Sul do rio Geba.

Acerca da chamada Guerra Colonial, no que diz especificamente respeito à Guiné, será mais detalhadamente tratado nos capítulos próprios intitulados «O Movimento de Emancipação dos Guineenses», baseado nos relatos de Luís Cabral, e «Resposta de Portugal: A Guerra Colonial», onde são referidos elementos retirados de várias fontes históricas, bem como algumas vivências próprias nos anos de 1966 e 1967.

---

<sup>65</sup> In «Partido Português», Agência Geral do Ultramar-1962, “Discurso proferido pelo Ministro do Ultramar, Prof. Doutor Adriano Moreira, na Praia, em 5 de Dezembro de 1962, durante a Sessão do Conselho do Governo de Cabo Verde”.